

As cerimónias de coroação real dos ptolomeus. Formas de reconfiguração política num país multimilenar

 José Das Candeias Sales

Resumen

As cerimónias de coroação real dos Ptolomeus têm subjacente uma estratégia política que demonstra que o poder real lágida foi sensível às particularidades culturais dos seus súbditos egípcios e à necessidade de reconfiguração/ adaptação da jovem monarquia helenística aos tempos históricos e ao país multimilenar que administrava. Esta estratégia permite explicitar e explicar os traços que definem a vitalidade e a operacionalidade dos antigos conceitos reais egípcios no âmbito dos modelos de actuação político-ideológica dos Lágidas, ao mesmo tempo que enfatiza o seu papel na ordem histórica e social do Egipto nos séculos IV a I a.C.

Palabras clave

*Egipto ptolemaico
coronación
monarquía
tradición
ideología*

Abstract

The royal coronation ceremonies of the Ptolemies have an underlying political strategy that demonstrates that the Ptolemaic royal power was sensitive to the cultural particularities of his Egyptians subjects and the need for reconfiguration / adaptation of the young Hellenistic monarchy to the historic times and to the millenarian country to manage. This strategy allows clarify and explain the traits that define the vitality and the ancient Egyptian royal concepts working in the framework of the model political-ideological action of the Ptolemies, while emphasizing its role in history and social order of Egypt in the centuries IV to I B.C.

Key words

*Ptolemaic Egypt
coronation
monarchy
tradition
ideology*

O Egipto ptolomaico foi o mais original, próspero e durável dos reinos helenísticos formados após a morte de Alexandre e a divisão do seu império. Os cerca de 300 anos da história da dinastia lágida (desde 305 a.C., data da assunção da *basileia* por Ptolomeu I, e 30 a.C., morte de Cleópatra VII), não podem, todavia, ser considerados de forma uniforme. Não só o carácter descontínuo da nossa informação não permite acompanhar e descrever da mesma maneira o funcionamento dos quinze reinados deste período, como há substantivas diferenças entre os reinados iniciais, basicamente os que se estendem pelo século III a.C., os que abrangem o século II a.C. e os que se arrastam pelo século I a.C.

Grosso modo, pode considerar-se que cada um dos séculos da dinastia ptolomaica regista «momentos políticos» diferentes: o século III a.C. marcou a implantação e a afirmação da dinastia ptolomaica nos quadros conceptuais e existenciais egípcios, ao mesmo tempo que se consolidava na interacção com as outras dinastias formadas no pós-império; o século II a.C. conheceu repetidas sedições, rebeliões e revoluções na capital e na *chôra* e o século I a.C. assistiu à directa intervenção de Roma nos assuntos políticos internos do Egipto lágida.

Tais diferenças derivam, por um lado, do próprio exercício do poder e das principais questões políticas a que cada soberano ou grupo de soberanos decidiu dedicar a sua atenção e esforço de governação e, por outro, das próprias condições conjunturais que se manifestaram de época para época, desde os constantes embates militares no exterior com os Selêucidas (ex.: guerras sírias) até à forte influência-dependência dos Romanos, passando pelas sedições internas de cariz nacionalista.

Qualquer tentativa de explicitar a natureza do poder real durante estas fases tem de aceitar duas premissas essenciais: a primeira, que o Estado lágida só existe pela figura do rei que o governa e do seu filho primogénito que, em princípio, lhe sucede (monarquia pessoal e hereditária); a segunda, que o soberano lágida, embora autoritário, não ignorou na sua prática política as tradições locais egípcias. Em contraste com os Persas (antes) e com os Romanos (depois), por exemplo, os Ptolomeus (tal como imediatamente antes Alexandre) entenderam que a melhor forma de governar um reino (ou um império) era honrar os costumes, as práticas e as autoridades locais¹.

1. Cf. Manning, (2010: 28, 29).

A adesão das comunidades de súbditos e a imposição da autoridade real resultaram, em grande parte, da capacidade dos soberanos geneticamente estrangeiros sintetizarem os heterogêneos usos e concepções reais que neles convergiam: por um lado, a história e mentalidade macedónica e grega, por outro, as multimilenares história e tradição ideológica faraónicas. Esta permanente tensão entre as *interpretationes Graeca* e *Aegyptiaca* constituiu sempre uma motivação activa na condução dos destinos políticos do país.

Sem poder trair os seus seguidores greco-macedónicos, mas tendo de agradar aos seus súbditos egípcios, a monarquia lágida viu-se obrigada a gerir prudentemente as diferentes sensibilidades e a desenvolver estratégias de poder tendentes a estender de forma consistente a sua dominação política. O rei helenístico, em geral, e o rei lágida, em particular, é um vencedor, um salvador e um benfeitor, garante da paz e da prosperidade do país e das suas comunidades².

2. Cf. Bingen (2007: 18).

Neste sentido, o fenómeno da justaposição e da coexistência político-cultural é talvez o traço distintivo mais marcante do período ptolomaico no Egipto. Sem poder trair os seus seguidores greco-macedónicos, mas tendo de agradar aos seus súbditos egípcios, a monarquia lágida viu-se obrigada a gerir prudentemente as diferentes sensibilidades e a desenvolver estratégias de poder tendentes a estender de forma consistente a sua dominação política.

Ao chegarem ao poder no Egipto, os *basileus* de origem macedónica rodeiam-se de uma corte (*aulè*) formada por um conjunto alargado e complexo de dignitários, dotados de diversificadas e hierarquizadas competências e capacidades, que, em seu nome, como seus delegados, exerciam o poder quer na capital quer na *chôra*, o restante território egípcio³. Tanto em Alexandria como na província, com a criação de uma verdadeira economia urbana e monetária, assente no monopólio de Estado, o princípio geral da administração assentava na forte coerção económico-financeira que exerciam sobre economia interna egípcia.

O Egipto foi concebido pelo soberano ptolomaico, como uma *basilikè gè*, «terra real», da qual era necessário retirar o máximo de rendimento. O essencial da riqueza do

3. Cf. Bernand (1998: 202). A corte (*aulè*) era formada por um conjunto de dignitários cujos títulos ("parentes do rei", "aproximados dos parentes do rei", "primeiros amigos", "amigos", "guarda do corpo", etc.) indicavam o carácter paternalista-familiar da monarquia ptolomaica. "The state was the king and his court, and vice-versa" -Manning (2010: 32).

Estado provinha da terra e organizar a produção agrícola e controlar o trabalho e a produtividade da população trabalhadora, daí retirando o máximo proveito em termos de impostos e taxas, em dinheiro ou em espécie, era um assunto vital para a saúde da organização político-económica dos Ptolomeus. Como defendia Cl. Préaux, a política económica dos Lágidas assentava em quatro factores, de ordem eminentemente prática: «accunuler les plus de richesse possible, dépenser le moins possible, changer le moins possible l'ordre existant, courir le moins de risque possibles»⁴.

Administrativamente, o Estado lágida procedeu ao estabelecimento por todo o território de unidades administrativas facilitadoras da percepção dos impostos e da exploração económico-financeira, nomeadamente os *nomoi*⁵, os *topoi* e os *comoi*, dirigidas, respectivamente, pelos monarcas, toparcas e comarcas, auxiliados pelos seus respectivos secretários directos (basilicogramata, topogramata e comogramata), a que se juntavam numerosos funcionários da administração central, como o dioiceta, o epistológrafo, o arquidicasta, o epistratego, o estratega do *nomos*, etc.⁶. Como escreveu A. Bernand, retomando a visão de Cl. Préaux sobre o modo de exploração económica dos Lágidas: “Alexandrie et le Lagide (...) sont em quelque sorte les associés de ce que l'on pourrait appeler une société pour l'exploitation de l'Égypte”⁷. Do ponto de vista económico, o sentido era uniletaral: a *chôra* sustentava a capital; a “economia do trigo” egípcia subsidiava a «economia monetária» alexandrina⁸.

Além desta eficaz e dirigista burocracia, os *basileus* da dinastia ptolomaica confrontaram-se também no Egipto com a outra hierarquizada e activa administração do país, isto é, a organização nacional egípcia dos cleros locais, o verdadeiro e activo baluarte das tradições autóctones, sem a qual seria impossível a sua afirmação e manutenção no poder.

Pela tradição e pela prática detentora do saber cultural antigo e promotora dos valores tradicionais locais, a elite clerical autóctone desempenhava um papel preponderante do ponto de vista económico e detinha um prestígio moral e uma autoridade insubstituíveis – nem sempre devidamente valorizados – no relacionamento social, económico e administrativo junto das populações egípcias, nomeadamente na *chôra*⁹.

Aos novos detentores do poder político no Egipto, apesar da sua clara superioridade militar, tornava-se imprescindível contar com a colaboração activa desta «força nacional», designadamente na recomposição do perdido prestígio da instituição real, em certa medida em queda desde o final do Império Novo e agravado pela conquista persa, em 525 a.C., e no reconhecimento da sua legitimidade e sacralização, para mais sendo geneticamente estrangeiros¹⁰.

À situação clássica do relacionamento e da interacção entre o poder político e as autoridades religiosas acrescentava-se, de facto, aquando da tomada de poder por parte de Ptolomeu I Sóter e dos seus descendentes imediatos, na nova configuração do presente egípcio resultante da fragmentação e partilha dos espaços do império de Alexandre, o da legitimação ideológica dos macedónios como faraós do Egipto.

Os factos mostram que os primeiros Ptolomeus entenderam rapidamente que só os sacerdotes, conhecedores profundos das multisseculares tradições sagradas, tinham condições religiosas e culturais, de saber e de influência, para desempenhar esse papel e que só com a sua efectiva colaboração com os principais templos egípcios (teoricamente com “todos os templos do país”, como destacam as decisões sinodais) podiam almejar a ser aceites pelo povo egípcio como legítimos faraós¹¹. Os sacerdotes/ templos egípcios eram as principais fontes de legitimação política no território egípcio.

As relações do clero com o rei lágida e com as autoridades centrais oscilaram, de acordo com as circunstâncias, entre a colaboração e a oposição, a subordinação e a

4. Préaux (1939: 431). A grandeza e precariedade do Egipto ptolomaico foram o resultado da ambiguidade deste esquema de organização: com a eficácia da administração, garantia-se a riqueza e o poderio da monarquia lágida, tornando-a a mais forte de todas as monarquias helenísticas e, por consequência, o seu rei no mais prestigioso soberano; a diminuição da produção, exploração ou percepção dos impostos fazia oscilar perigosamente esse poderio e tornava o país alvo dos ataques e ambições dos reinos vizinhos rivais.

5. É difícil determinar com exactidão o número de *nomoi* que existiam no Egipto no Período Ptolomaico, bem como os seus limites geográficos. No entanto, geralmente, apontam 36 *nomoi*: 18 no Delta, 6 no Médio Egipto e 12 no Alto Egipto - Cf. Burkhalter (1992: 188).

6. Cf. Bernand (1998: 202, 203); Burkhalter (1992: 190), Préaux (1939: 448, 449).

7. Bernand (1966: 52).

8. Cf. Préaux (1939: 432, 434).

9. Cf. Quaegebeur (1979: 712); Johnson (1986: 71, 72); Sauneron (1988: 198); Peremans (1975/76: 445); Manning (2010: 96).

10. Cf. Lloyd (1982: 43).

11. Como escreve Manning, “The Ptolemies’ active accommodation to Egyptian kingship and to the legitimizing authority of the priesthoods puts them in sharp contrast to both the Persians who came before and the Romans who came after them”. – Manning (2010: 29). Vide também *Ibid.*, 94.

- independência, mas viram sempre prevalecer, de uma forma ou de outra, a necessidade de uma cooperação que acabou, no final da linha, por reforçar mutuamente os seus poderes¹². Neste particular, desempenharam importante papel os sacerdotes de Ptah, em Mênfis, em particular o sumo-sacerdote, denominado *uer-sekhem-hemu*, “o artesão do grande em poder”, autêntico representante do clero egípcio junto da Casa Real lágida¹³. Isto significa que aceitamos, portanto, que os Ptolomeus devem “être considérés comme des pharaons au même titre que leurs prédécesseurs indigènes et étrangers”¹⁴ e que a dinastia fundada por Ptolomeu I Sóter I foi, na longa lista das dinastias egípcias, “la dernière de l’Égypte ‘indépendente’”¹⁵. O Egipto faraónico não perdeu a sua identidade tornando-se lágida.
12. Cf. Dunand (1991: 207-210); Hölbl (2001: 280).
13. Cf. Hölbl (2001: 281); Manning (2010, 92).
14. Husson, Valbelle (1992: 11).
15. Dunand, Zivie-Coche (1991: 202). Cf. também Husson, Valbelle (1992: 333).

Historicamente, a monarquia lágida foi mais do que a simples adição mecânica das duas tradições antigas (greco-macedónica e egípcia) que, pelos actores e pelas concepções, nela concorriam directamente. Antes, como um processo institucional e sociológico em permanente construção e reformulação, o “Estado híbrido” ptolomaico foi o resultado de várias tentativas de as articular¹⁶.

16. Cf. Manning (2010, 3, 4).

A realeza dos Ptolomeus no Egipto pode não ter realizado a simbiose perfeita de todos os componentes ideológicos presentes na sua dupla herança cultural. Talvez isso não fosse sequer totalmente possível. A tentativa de os harmonizar, bem sucedida nuns casos, fracassada noutros, é, todavia, digna de registo, pois pressupõe uma racional política tendente a garantir a continuidade da instituição real nos quadros políticos do Egipto helenístico.

No que se refere à problemática específica que elegemos –as cerimónias de coroação real–, o nosso objectivo é demonstrar como subjacente a esta estratégia política está a atenção do poder real lágida pelas particularidades culturais dos seus súbditos egípcios e pela reconfiguração/ adaptação da monarquia aos novos tempos históricos. Esta estratégia permite-nos explicitar e explicar os traços que definem a vitalidade e a operacionalidade dos antigos conceitos reais egípcios no âmbito dos modelos de actuação político-ideológica dos Lágidias, ao mesmo tempo que enfatiza o seu papel na ordem histórica e social do Egipto nos séculos IV a I a.C.

As cerimónias de coroação dos lágidias

Fazendo fé nos autores clássicos, tudo leva a crer que os primeiros quatro reis da dinastia ptolomaica (Ptolomeu I Sóter I, Ptolomeu II Filadelfo, Ptolomeu III Evérgeta I e Ptolomeu IV Filopator) foram coroados segundo os rituais típicos da realeza e da aristocracia guerreira macedónicas: os *hetairoi* («companheiros de armas») e os *makedunes* («soldados»), qual povo em campanha, aclamavam o novo soberano e «autorizavam», assim, o uso do diadema enrolado em torno da sua cabeça.

No período inicial da dinastia lágida no Egipto, estas cerimónias de «coroação» eram mais consentâneas com o espírito helenístico e preservavam melhor os antigos ideias da Macedónia em que o rei era, sobretudo, um guerreiro, merecendo e granjeando a ratificação como *primus inter pares*. Ademais, estas cerimónias celebradas «à macedónica» permitiam vincar a fidelidade dos soberanos à sua origem macedónica e ao seu modelo de poder tradicional, o que constituía um preceito político suplementar no permanente confronto directo que os Lágidias travavam com outros opositores reais igualmente fiéis às seculares tradições do país de origem.

Como vimos, estes primeiros reinados ptolomaicos correspondem à época que, do ponto de vista político-militar e territorial, ficou marcada por uma grande pujança e intervenção lágida nos assuntos internacionais. O recurso e a aceitação da coroação

em moldes egípcios constituirá uma etapa distinta da vida da monarquia, quer no contexto internacional, quer na sua relação com o território egípcio profundo, a *chôra*.

Face à situação de agitação e desmando político-social que se vivia no Egipto na viragem do século III para o século II a.C. (perda de consideráveis áreas do império lágida, infância do soberano, rixas entre os principais conselheiros da corte, levantamentos populares em Alexandria, rebeliões nacionalistas no Alto e no Baixo Egipto, etc.), o rei tinha agora de se impor ao reino e ser reconhecido como autoridade por todos, facções alexandrinhas e súbditos egípcios.

A primeira evidência documentada que possuímos (OGIS 90) da cerimónia de coroação «à egípcia» é relativa a Ptolomeu V Epifânio. Curiosamente, este faraó foi de facto coroado duas vezes. A primeira *παράληψις τῆς βασιλείας* basileia V ocorreu após a morte do pai, em 205 a.C., quando tinha 5 anos de idade.

As cerimónias de proclamação do rei (*anakleteria*), celebradas em grande pompa em Alexandria, seguiram a tradição macedónica, isto é, chefe do exército em título, o príncipe-rei, com o diadema na cabeça, passou diante das tropas alinhadas, que o aclamaram como seu soberano. É a última vez que os Μακεδόνες desempenham um papel político de relevo na aclamação real¹⁷.

17. Cf. Widerek (1980, 110).

Políbio descreve estas cerimónias em que o pequeno Ptolomeu V é coroado como legítimo sucessor dos Lágidas:

*“Depois de quatro ou cinco dias, construindo uma tribuna na maior colonata do palácio, convocaram uma reunião dos guarda-costas e das tropas reais, bem como dos oficiais de infantaria e cavalaria. Quando todos estes se juntaram, Agátocles e Sosíbios subiram à tribuna e, em primeiro lugar, admitiram a morte do rei e da rainha e ordenaram que a população entrasse em luto como era sua prática habitual. Depois disto, coroaram o menino e proclamaram-no rei, e, em seguida, leram um testamento forjado, no qual estava escrito que o rei designava Agátocles e Sosíbios como tutores de seu filho. Exortaram os oficiais a demonstrarem o seu favor e manterem o menino no seu trono.”*¹⁸.

18. Políbio XV, 25,3-6. A tradução é nossa. Vide também Austin (1981: 225, 226).

O relato de Políbio sobre a «coroação macedónica» de Ptolomeu V mostra que embora a criança não tivesse ainda idade para governar os conselheiros reais (Agátocles e Sosíbio) procederam com o menino como era costume na corte lágida. O normal funcionamento da instituição real exigia que o novo soberano, uma criança de tenra idade, fosse ratificada (junto com os seus tutores, pretensamente indicados pelo pai) fosse reconhecido como autoridade central.

Morto o rei (Ptolomeu IV) era preciso agora demonstrar a existência de um novo rei no Egipto. 17 de Paofi de 205 a.C. (28 de Novembro) assinalava, portanto, a continuidade da monarquia lágida com a coroação do seu novo representante. Significativamente, o novo rei recebeu o nome de *Theos Epifanes*, «o deus manifesta-se», e *Eucaristos*, «gracioso». Dessa forma esperavam os conselheiros reais manter a tradição e evitar toda e qualquer tentativa posterior de sublevação, o que não se mostrou de todo eficaz, como evidenciariam os acontecimentos ulteriores.

Atingida a maioridade em 196 a.C., Ptolomeu V foi coroado de novo, a 17 de Paofi, segundo os antigos ritos milenares dos faraós¹⁹. A cerimónia «à egípcia», retomando os antigos ritos do festival-*sed* dos antigos faraós, foi oficiada pelo sumo-sacerdote Harmakhis²⁰ e realizou-se no templo de Ptah, em Mênfis. O rei tinha então 14 anos de idade. Esta segunda coroação marcou a tomada efectiva do poder pelo jovem rei. Pela primeira vez na história da dinastia lágida, um dos seus reis era sacralizado directamente pelos sacerdotes egípcios, como no passado o eram os faraós autóctones.

19. Cf. Bernand (1992b: 47); Skeat, (1969: 12).

20. Harmakhis (c. 260-depois de 194-193 a.C.), filho de Anemhor III e de Herankh, era o quinto sumo-sacerdote da sua linhagem a ocupar o cargo de sumo-sacerdote de Ptah em Mênfis, sucedendo ao seu irmão Teos (267-223 a.C.) – Thompson (1990: 97, 98); Crawford (1980). Vide também PP III, 5358.

Exactamente 9 anos depois da cerimónia no palácio real de Alexandria, a segunda coroação do templo de Mênfis funcionou como uma ratificação daquela. Era, no fundo, essa a intenção mais profunda inerente à coroação «à egípcia». A cerimónia de Mênfis constituiu-se num novo fenómeno nos hábitos políticos dos Ptolomeus no Egipto: a Coroa tinha agora um interlocutor popular muito mais vasto, ou seja, já não era só a população greco-macedónica da capital, mas todos os autóctones da *chôra* que entrava numa relação directa com o novo rei²¹.

21. Cf. Fraser (1992: 118);
widerek (1980: 111).

Na ocasião, num acto de benevolência real, são feitas inúmeras concessões e isenções de impostos aos sacerdotes egípcios e seus templos. O faraó torna-se também “gracioso” (*Eucaristos*) para com eles. O texto trilingue preservado na célebre *Pedra de Roseta* é a cópia do decreto emitido pelo Supremo Conselho Sacerdotal, reunido em Mênfis, a 18 de Mechir, para comemorar a cerimónia de coroação menfita, dando precisamente conta das medidas empreendidas no Egipto por Ptolomeu V Epifânio Eucaristo e por ele promulgado a 27 de Março de 196 a.C.

Ao celebrar a cerimónia da sua coroação na cidade de Mênfis, por tradição a mais antiga cidade dinástica do Egipto, conotada directamente com o demiurgo Ptah²², Ptolomeu V aceitou estabelecer um poder legítimo, apelando para a sua origem/ base divina egípcia. Simultaneamente, realçava-se a auréola de fertilidade, reprodução e multiplicação que a especulação teológica egípcia atribuía ao deus Ptah e que a população autóctone lhe reconhecia²³. Ideologicamente, o jovem Ptolomeu V Epifânio não podia reivindicar melhor companhia e protecção.

22. Cf. Sales (2008: 45-56);
Joubert (1992: 3-8).

23. A cosmogonia menfita
advogava categoricamente que
Ptah criara a Humanidade,
fundara os *nomoi*, estabeleceu as
cidades, estruturara os ofícios e as
actividades humanas, instituíra,
no fundo, a ordem ética e política
- Cf. Sales (1999: 71, 72; 279-282).

24. As linhas 22-28 da Pedra de
Roseta referem-se concretamente
à severa punição dos chefes dos re-
voltosos de Licópolis, um ano antes
(197 a.C.). Daí o elogio «àquele que
estabeleceu a ordem no Egipto».
Vide Sales (2010a: 224-230).

Como “novo Hórus” -a sua idade prestava-se particularmente bem a esta associação com o jovem filho de Osíris e Ísis-, Ptolomeu V tornava-se símbolo da vitória e da habilidade militar, o que tinha uma aplicação concreta, nomeadamente ao dominar das rebeliões internas de feição nacionalista²⁴. Dessa forma, o faraó podia reclamar o trono que pertencera a seu pai, como o mitológico deus-jovem egípcio fizera. Subtil mas eficazmente, definem-se os contornos de uma dinastia tipicamente egípcia: absoluta, hereditária, com ancestralidade divina, por isso divina em si mesma.

Ao aceitar evocar, à semelhança dos seus antecessores nascidos no Egipto, a doutrina do direito divino como fundamento legitimador do seu poder, o macedónico Ptolomeu V Epifânio consentia e admitia a preponderante influência do clero nativo, particularmente do clero menfita. Ao ser o primeiro dos *basileus* lágidas a submeter-se às cerimónias e aos ritos sagrados egípcios, Ptolomeu V assumiu integralmente o protocolo egípcio, adoptando os traços de um verdadeiro faraó. Segundo a ideologia política era um deus-rei egípcio.

O decreto saído da reunião sinodal de Mênfis foi produzido directamente pelos sacerdotes, mas isso não significa, em nossa opinião, que a redacção definida, a narrativa evocada e os títulos atribuídos ao faraó tenham resultado de um acto completamente arbitrário, independente e unidireccional dos sacerdotes. Vemo-lo, antes, como um documento oficial, produzido com conhecimento e autorização da chancelaria real, com profundo impacto na definição ideológica da realeza ptolomaica, no sentido de uma intencional, porque proveitosa na conjuntura histórica, «faraonização do *basileus*».

A ideologia real não desprezou naturalmente o prestimoso auxílio dos sacerdotes nessa «construção da imagem real» ou não fossem eles os únicos capazes de «produzir ideologia» de acordo com os caracteres estabelecidos pela tradição interna egípcia. A «egipcianização dos Ptolomeus», objectivamente reis estrangeiros, reside, no fundo, neste consentir e aprovar que novos recursos, argumentos e conceitos egípcios sejam trazidos à colação para definir a sua realeza.

Subjacente à celebração da cerimónia de coroação de Mênfis (e, portanto, à redacção do decreto de Roseta) há uma clara aceitação mútua de um novo compromisso relacional entre sacerdócio e faraonato²⁵. Aos privilégios económico-financeiros de um correspondem as vantagens políticas do outro: o poder político alexandrino oferece significativos benefícios materiais²⁶; o poder religioso egípcio prescreve pródigos ideologia e propaganda. A interacção dos poderes evidencia estratégias de sobrevivência amplamente assumidas e explicitamente reconhecidas por ambos os parceiros políticos. Selando o novo relacionamento entre Alexandria e Mênfis está o antiquíssimo mas agora renovado ritual da coroação real.

Quando, em 180 a.C., o filho de Ptolomeu V e de Cleópatra I, Ptolomeu VI Filometor, herda o trono do Egipto, pela segunda vez consecutiva na história da dinastia lágida o rei é uma criança (tem 5 anos)²⁷. Cerca de 172/ 171 a.C., o jovem rei celebra os seus *anakleteria* em Alexandria e, como o pai, desloca-se a Mênfis para aí ser coroado como faraó egípcio. O princípio fora criado e agora tornava-se uma cerimónia obrigatória de cada novo soberano. O eixo político-religioso Alexandria-Mênfis não mais deixaria de funcionar.

Também Ptolomeu IX Sóter II, a exemplo do seu bisavô Ptolomeu V Epifânio, foi coroado duas vezes, com uma significativa diferença, porém, em relação ao seu antepassado: enquanto este fora coroado em Alexandria (à maneira macedónica) e em Mênfis (à maneira egípcia), Sóter II foi coroado em ambas as vezes em Mênfis, primeiro em 116 a.C. e depois, ao fim de 30 anos, em 86 a.C.

Na cerimónia de 86 a.C., conduzida pelo sumo-sacerdote de Ptah, Petobastis III (trineto do sumo-sacerdote que coroara Ptolomeu V Epifânio), Sóter II foi na prática o primeiro dos Lágidas a celebrar verdadeiramente o tradicional jubileu egípcio dos trinta anos $\frac{3}{4}$ o festival *sed* $\frac{3}{4}$ como reafirmação do seu poder real (Cf. Thompson, 1990, 114). Longe iam, portanto, os tempos dos primeiros Ptolomeus, em que a cerimónia se limitava a uma só celebração e ocorria num palácio da capital.

Dez anos depois, em Março de 76 a.C., foi a vez de Ptolomeu XII Neos Dionisos ser coroado “à egípcia”, numa cerimónia repleta de «irregularidades»: o sumo-sacerdote Pacherenptah (Psenptais III), membro de uma família de sumo sacerdotes de Ptah, em Mênfis, foi praticamente nomeado pelo faraó para a ocasião; era um rapaz com 14 anos de idade²⁸ e a coroação teve agora lugar em Alexandria e não, como era tradição, em Mênfis²⁹.

Uma estela do British Museum (*Estela EA 886*, também designada por *Estela Harris* ou *Estela de Pasheryenptah*)³⁰ informa-nos sobre o orgulho deste sacerdote-“profeta” (*hem-netjer*) que presidiu à cerimónia de coroação:

*“Eu coloquei o ornamento da coroa da serpente na cabeça do rei no dia em que ele tomou posse do Alto e do Baixo Egipto e que realizou todos os ritos habituais nas salas consagradas às Festas dos Trinta Anos. Fui eu que dei as instruções para a purificação do deus por ocasião do divino nascimento de Ré na Casa Dourada”*³¹.

A colaboração institucional entre Alexandria e Mênfis conhecia um momento ímpar. A Estela refere que a nomeação do sumo-sacerdote foi feita pelo próprio rei, em Alexandria:

*“O rei do Alto e do Baixo Egipto, o deus Filopator Filadelfo (...) cingiu-me a fronte com um diadema de ouro e com toda a espécie de pedras preciosas verdadeiras (...)”*³².

Quando Pacherenptah foi a Alexandria para ser nomeado sumo-sacerdote do culto real, o rei deteve o seu carro a caminho do templo de Ísis para lhe demonstrar o seu favor pessoal, agraciando-o com uma grinalda de ouro³³. “Deferências” que os negócios do poder justificavam plenamente.

25. Cf. Thompson (1990: 100).

26. São numerosas as estelas relatando os privilégios fiscais, as receitas afectadas aos santuários (*apomoira* e *syntaxis*) e a redução de taxas concedidas às classes sacerdotais.

27. Cf. PP VI, 14516

28. A iconografia da Estela mostra-o, ajoelhado, com as típicas pele de leopardo e trança de cabelo (sobre o ombro direito) usadas pelos sumo-sacerdotes de Ptah - Cf. Walker, Higgs (2001: 185).

29. Quando Pacherenptah foi a Alexandria para ser nomeado sumo-sacerdote do culto real, o rei deteve o seu carro a caminho do templo de Ísis para lhe demonstrar o seu favor pessoal, agraciando-o com uma grinalda de ouro - Cf. Walker, Higgs (200: 184).

30. Do ponto de vista histórico, esta estela funerária trata-se do mais importante documento hieroglífico e da mais importante fonte sobre uma coroação ptolomaica em Mênfis - Cf. Hölbl (2001: 283).

31. Tradução nossa, do francês cit. em Bevan (1934: 385, 386) e do inglês cit. em Hölbl (2001: 300).

32. Pachereni-Ptah nasceu em 90 a.C., foi designado sumo-sacerdote em 76 a.C. e faleceu no 11º ano do reinado de Cleópatra VII, a 14 de Julho de 41 a.C. - Cf. Quaegebeur (1972: 101; Crawford (1980: 39, 40); Hölbl, (2001: 283), Walker, Higgs (2001: 184-186). A Estela, de calcário, com 82 cm de altura por 70,5 cm de largura e 12 cm de espessura, muito bem elaborada, proveniente de Sakara, está datada do ano 40 a.C., reinado de Cleópatra VII (http://www.britishmuseum.org/explore/highlights/highlight_objects/aes/l/limestone_stela_of_pasheryenpt.aspx - consultado a 27/12/2010, 23.49 horas).

33. Tradução é nossa. Cit. em Chauveau (1997: 64).

33. Cf. Walker, Higgs (2001: 184).

As “anomalias” não ficaram por aqui: aquando da sua ida a Mênfis para celebrar as festividades em honra dos deuses da cidade, Ptolomeu XII usava “a coroa branca na sua cidade”. A *hedjet* era a coroa do Alto Egipto e é estranho ou, pelo menos, desajustado, que na antiga capital do Baixo Egipto o rei não usasse a *decheret*, a emblemática coroa vermelha que testemunhava a sua soberania sobre a região. Ou estamos perante um “lapso narrativo” ou perante uma “falta de informação» ou «falta de sensibilidade real”...

Apesar de nascido de um ramo ilegítimo da árvore genealógica dos Lágidas (era filho de Ptolomeu IX Sóter II e de uma mulher desconhecida) e mau grado as “anomalias” cerimoniais, Ptolomeu XII fez-se coroar pelo sacerdote de Ptah. No cumprimento dos seus deveres rituais, o jovem sumo-sacerdote de Ptah “auxiliou” o faraó a nascer como novo filho solar³⁴. A intenção de se legitimar perante os seus súbditos greco-macedónicos da capital e perante os egípcios como os antigos reis, qual *sa Ré*, “filho de Ré”, era ainda evidente.

34. Cf Hölbl (2001: 283).

Não podemos esquecer que Ptolomeu XII recebera o trono dos revoltados alexandrinos, após o desaparecimento-assassinato de Ptolomeu XI Alexandre II, em 80 a.C., e que essa subida ao poder não foi reconhecida por Roma, legatária do poder linhagístico dos lágidas após o testamento de Ptolomeu XI. Os tempos eram, agora, novos.

Os antigos gestos políticos tinham provavelmente perdido muita da sua eficácia e do seu impacto no contexto internacional de meados do século I a.C., mas mesmo com o exercício *de iure* da realeza egípcia condicionado ao reconhecimento do Senado romano os actores históricos continuavam, ainda, internamente, a procurar as mesmas soluções do passado. As cerimónias da coroação real de Ptolomeu XII, com todas as irregularidades, surgem-nos com um “acto desesperado” do poder real lágida enfrentar a conjuntura internacional do seu tempo.

Cada vez mais poderosa e dominadora, Roma hegemonizava já às portas do Egipto: a Cirenaica pertencia-lhe por herança, desde 96 a.C. (em 74 a.C. converter-se-ia, efectivamente, em província, com governador destacado), e a Síria sucumbiria em breve (em 64 a.C., Pompeu transformou a Síria em província romana).

A excessiva proximidade-dependência da corte lágida em relação aos Romanos, servilismo mesmo, em vários aspectos, que esteve na base do aumento dos impostos, e o facto de Ptolomeu XII ter permitido que os Romanos se apoderassem de Chipre (*lex Clodia de Cypro*), anexando-a à província romana da Cilícia, isto é, condenando o seu próprio irmão, também chamado Ptolomeu, que se suicidou, exasperou o povo de Alexandria e levou-o à revolta. O rei é forçado ao exílio em Roma (58 a.C.), onde se colocou sob a protecção de Pompeu ¾ um dos homens fortes da *Urbs*, talvez mesmo o cidadão mais poderoso da República, em virtude do seu vasto comando e das suas numerosas forças na Ásia ¾, enquanto a sua filha Berenice IV (filha do seu casamento com Cleópatra VI Trifena) assumia o poder real em Alexandria.

Perdida a eficácia efectiva –mas não a simbólica– da cerimónia de coroação real, restava aos reis lágidas coexistirem e sobreviverem como podiam perante as crescentes orientações políticas de Roma. A história das relações político-amorosas de Cleópatra VII com Júlio César e Marco António mais não é do que o confronto de duas tendências de poder, antagónicas nas concepções e nos interesses.

Como sabemos, a tradição e a propaganda oficial favoráveis a Roma e a Octávio-Augusto não perdoaram à rainha do Egipto, ainda em vida, e traçaram-lhe para a posteridade uma imagem quase unanimemente desfavorável, quando, no fundo, historicamente, o que estava em causa era precisamente a luta pelo poder entre duas diferentes concepções de poder.

O invulgar sentido político da rainha egípcia ficaria bem patente no seu plano de constituir com Marco António um grande estado romano-egípcio na metade oriental do Mediterrâneo, que pudesse ser legado a Cesarião e aos seus descendentes³⁵.

35. Cf. Bowman (1986, 27 e 34).

A acção determinada de Cleópatra VII contrastou com a pobre liderança de seu pai: a rainha lágida concebeu o projecto de restabelecer a grandeza lágida, tal como tinha existido no passado já longínquo da sua dinastia. São dois reinados que funcionam *a contrario*: à humilhação de Auleta responde a filha com um esforçado renascimento («Doações de Alexandria»), em grande parte, porém, ilusório e artificial. Ao filho, Ptolomeu XV Cesarião, estava destinado um reinado mais virtual do que real, em que a sustentação ideológica e a propaganda não foram já suficientes para manterem a sua independência política e a própria vida.

Conclusão

Na ideologia real helenística a função guerreira do soberano, simbolicamente proclamada pelo uso do diadema, era um vector essencial do seu carisma e um elemento essencial para a sua aceitação pelas populações, o mesmo é dizer, pelos contingentes militares. Em teoria, o prestígio real vivia do detentor do cargo real alcançar vitórias militares, fazer conquistas territoriais e aumentar a sua riqueza³⁶. O rei helenístico era, por isso, antes de mais, um senhor-guerreiro vitorioso.

36. Cf. Husson; Valbelle (1992: 305).

De acordo com esta concepção, as cerimónias de coroação real apostavam na demonstração pública dessas características. No caso dos Lápidas, eram, de facto, os homens do exército que ratificavam, em Alexandria, de forma eloquente, o seu uso do diadema. À medida que os Lápidas se vão despojando e afastando do «orgulho de conquistadores», mas mantendo, porém, a concepção e a inspiração da «grandeza militar», as suas práticas vão-se aproximando e enquadrando na representação do mundo e nos hábitos estético-ideológicos do antigo Egipto, exprimindo de forma prestigiosa e sagrada os caracteres mais apreciados na realeza.

Procurando, sob todas as formas, conduzir os naturais à sua aceitação como reis legítimos na linha dos tradicionais faraós egípcios, os Ptolomeus socorreram-se de vários dispositivos e recursos: reivindicaram a familiaridade e filiação divinas (na dupla vertente ideológico-cultural helénica e egípcia)³⁷, demandaram a protecção e atributos das divindades locais (pretendendo, assim, sancionar superiormente o seu exercício do poder), proclamaram significativas titulaturas e dedicaram-se activamente à construção/ reconstrução/ decoração de edifícios religiosos por todo o território egípcio. Esforçaram-se, pois, por legitimar o seu poder através de instituições egípcias.

37. Esta imperiosa necessidade de estabelecer um parentesco directo ou uma associação íntima com as divindades fora, durante séculos, um apanágio notório do típico monarca egípcio. Cf. Sales (1997: 184-193; 2008: 15-18).

Da mesma forma, intencionalmente, reconfiguraram as cerimónias de coroação de forma a se harmonizarem plenamente com a multimilenar mundividência egípcia, aceitando de forma voluntária a cooperação com o clero egípcio (sobretudo com o menfita), o único agente capaz de promover uma válida e sacralizada legitimidade política de acordo com os valores locais. Ao se subordinarem deliberadamente ao princípio da legitimidade, os reis lápidas a partir de Ptolomeu V Epifânio mostraram-se fiéis à tradição política do Egipto e utilizaram as cerimónias de coroação como engenhoso meio ideológico para a sua perpetuação no poder.

CÓMO CITAR ESTE ARTÍCULO

Das Candeias Sales, José (2011). As cerimónias de coroação real dos ptolomeus. Formas de reconfiguração política num país multimilenar em *Rihao*, N° 17. Buenos Aires: Instituto de Historia Antigua Oriental “Dr. Abraham Rosenvasser”, Facultad de Filosofía y Letras, Universidad de Buenos Aires (pp. 5-16).

Bibliografia

- » AUSTIN, M. M. 1981. *The Hellenistic World from Alexander to the Roman Conquest. A Selection of Ancient Sources in Translation*, Cambridge, Cambridge University Press.
- » BERNAND, A. 1966. Alexandrie greco-romaine, en: *Vie des Arts*, nº 43, 48-59.
- » BERNAND, A. 1992a. *La prose sur la pierre dans l'Égypte hellénistique et romaine. Tome I. Textes et traductions*, Paris, Éditions du C.N.R.S.
- » BERNAND, A. 1992b. *La prose sur la pierre dans l'Égypte hellénistique et romaine. Tome II. Commentaires*, Paris, Éditions du C.N.R.S.
- » BERNAND, A. 1994. *Leçon de civilisation*, Paris, Fayard.
- » BERNAND, A. 1995. *Alexandrie des Ptolémées*, Paris, Éditions du C.N.R.S.
- » BERNAND, A. 1998. Histoire, période ptolémaïque, en: *Dictionnaire de l'Égypte ancienne*, Paris, Encyclopaedia Universalis/ Albin Michel, 179-204.
- » BERTRAND, J.-M. 1992. *L'hellénisme. 323-31 av. J.-C. Rois, cités et peuples*, Paris, Armand Colin.
- » BEVAN, E. 1934. *Histoire des Lagides. 323 à 30 av. J.-C.*, Paris, Payot.
- » BINGEN, J. 2007. *Hellenistic Egypt. Monarchy, Society, Economy, Culture*, Edinburgh, Edinburgh University Press.
- » BOWMAN, A. K. 1986. *Egypt after the pharaohs. 332 BC - AD 642 from Alexander to the Arab Conquest*, London, British Museum Publications.
- » BRAUND, D. 2004. L'émergence du monde hellénistique l'après Alexandre (323-281), en: Andrew Erskine (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 45-62.
- » BURKHALTER, F. 1992. La maison Égypte, en: Christian Jacob, François de Polignac (eds.), *Alexandrie III^e siècle av. J.-C. Tous les savoirs du monde ou le rêve d'universalité des Ptolémées*, Paris, Éditions Autrement, 185-198.
- » CHAUVEAU, M. 1990. Un été 145, en: *Bulletin de l'Institut Français d'Archéologie Orientale* 90, 135-168.
- » CHAUVEAU, M. 1997. *L'Égypte au temps de Cléopâtre, 180-30 av. J.-C.*, Paris, Hachette.
- » CRAWFORD, D. J. 1980. Ptolemy, Ptah and Apis in hellenistic Memphis, en: Dorothy J. Crawford; Jan Quaegebeur, Willy Clarysse (eds.), *Studies on ptolemaic Memphis* (Studia Hellenistica 24), Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 1-41.
- » DOYEN, F.; PREYS, R. 1992. La présence grecque en Égypte ptolémaïque: les traces d'une rencontre, en: M. Broze et Ph. Talon (eds.), *L'atelier de orfèvre. Mélanges offerts à Ph. Derchain*, Leuven, Peeters, 63-85.
- » DUNAND, F.; ZIVIE-COCHE, C. 1991. *Dieux et hommes en Égypte. 3000 av. J.-C. - 395 apr. J.-C. Anthropologie religieuse*, Paris, Armand Colin Éditeur.
- » FRASER, P. M. 1972- *Ptolemaic Alexandria*, Vol. 1, Oxford, The Clarendon Press.
- » GARCÍA MORENO, L. A. 1991. El Egipto indígena y la monarquía tolemaica, en: GARCÍA MORENO, L.A. y PÉREZ LARGACHA, A. (eds.), *Ægyptiaca Complutensia nº 1. De Narmer a Ciro (3150 a.C.-642 d.C.)*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá de Henares, 115-120.
- » GÓMEZ ESPELOSÍN, F. J. 1991. ¿Reyes y dioses? La percepción de la monarquía en el Egipto helenístico, en: GARCÍA MORENO, L.A. y PÉREZ LARGACHA, A. (eds.), *Ægyptiaca Complutensia nº 1. De Narmer a Ciro (3150 a.C.-642 d.C.)*, Alcalá de Henares, Universidad de Alcalá de Henares, 131-143.

- » HEINEN, H. 1978. Aspects et problèmes de la monarchie ptolémaïque, en: *Ktema. Civilisations de l'Orient, de la Grèce et de Rome antiques*, n° 3, 177-199.
- » HÖLBL, G. 2001. *A history of the ptolemaic empire*, London/ New York, Routledge.
- » HUMBERT, M. 1997⁶. *Institutions politiques et sociales de l'Antiquité*, Paris, Dalloz.
- » HUSSON, G. y VALBELLE, D. 1992. *L'état et les institutions en Egypte. Des premiers pharaons aux empereurs romains*, Paris, Armand Colin.
- » JOHNSON, J. H. 1986. The Role of the Egyptian Priesthood in Ptolemaic Egypt, en: Leonard H. Lesko (ed.), *Egyptological Studies in Honor of Richard A. Parker*, Hanover and London, Brown University Press.
- » JOUBERT, J.-L. 1992. L'ancêtre du Caire: Memphis, en: *Le monde copte. Revue trimestrielle de la culture copte*, n° 17, 3-8.
- » LLOYD A. B. 1982. Nationalist Propaganda in Ptolemaic Egypt, en: *Historia. Journal of Ancient History*, 33-55.
- » MA, J. 2004. Les rois, en: ERSKINE, A. (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 241-263.
- » MANNING, J. G. 2010. *The last pharaohs. Egypt under the Ptolemies, 305-30 BC*. Princeton, Princeton University Press.
- » MOOREN, L. 1983. The nature of the hellenistic monarchy, en: VAN'T DACK, E.; VAN DESSEL, P. y VAN GUCHT W. (ed.), *Egypt and the Hellenistic World. Proceedings of the International Colloquium. Leuven. 24-26 May 1982*, Louvain, Publications Universitaires de Louvain, 205-240.
- » MY LIWIEC, K. 2000. *The twilight of ancient Egypt: first millenium B.C.E.*, New York, Cornell University Press.
- » PEREMANS, W. 1975-76. Classes sociales et conscience nationale en Égypte ptolémaïque, en: NASTER, P. et al. (eds.), *Miscellanea in Honorum Josephi Vergote*, Leuven, Departement Oriëntalistiek, Universitaire Stichting van België. (*Orientalia Lovaniensia Periodica*, 6/7), 443-453.
- » PEREMANS, W.; VAN'T DACK, E.; DEMEULENAERE, H.; IJSEWIJN, J. 1956. *Prosopographia Ptolemaica III. Le clergé, le notariat, les tribunaux* (*Studia Hellenistica* 11), Louvain, Publications Universitaires de Louvain.
- » PEREMANS, W.; VAN'T DACK, E.; MOOREN, L.; SWINNEN, W. 1968. *Prosopographia Ptolemaica. VI. La cour, les relations internationales et les possessions extérieures, la vie culturelle*, n°s 14479-17250 (*Studia Hellenistica* 17), Louvain, Publications Universitaires de Louvain.
- » PREAUX, Cl. 1939. *L'économie royale des Lagides*, Bruxelles, Édition de la Fondation Égyptologique Reine Élisabeth.
- » PREAUX, Cl. 1976. L'image du roi de l'époque hellénistique, en: *Images of man in ancient and medieval thought*, (*Symbolae Series A*, 1), Lovaina, 1976, 53-75.
- » QUAEGEBEUR, J. 1972. Contribution à la prosopographie des prêtres memphites à l'époque ptolémaïque, en: *Ancient Society* 3, 77-109.
- » QUAEGEBEUR, J. 1979. Documents égyptiens et rôle économique du clergé en Égypte hellénistique, en: LIPINSKI, E. (ed.), *State and Temple in the Ancient Near East. II*, Leuven, Departement Oriëntalistiek.
- » QUAEGEBEUR, J. 1989. The Egyptian Clergy and the Cult of the Ptolemaic Dynasty, en: *Ancient Society* 20, 93-117.
- » SALES, J. C. 1997. *A ideologia real académica e egípcia. Representações do poder político pré-clássico*, Lisboa, Editorial Estampa.
- » SALES, J. C. 1999. *As divindades egípcias. Uma chave para a compreensão do Egito antigo*, Lisboa, Editorial Estampa.
- » SALES, J. C. 2005. *Ideologia e propaganda real no Egito Ptolomaico (305-30 a.C.)*, Lisboa, Calouste Gulbenkian.
- » SALES, J. C. 2007. *Estudos de Egiptologia. Temáticas e problemáticas*, Lisboa, Livros Horizonte.

- » SALES, J. C. 2008. *Poder e Iconografia no antigo Egipto*, Lisboa, Livros Horizonte.
- » SALES, J. C. 2010a. Lutas Sociais e Políticas no Egipto ptolomaico. O cisma dinástico de Horuenefer e Ankhuennefer, en: SANTA BÁRBARA M. L. (coord.), *Identidade e Cidadania. Da Antiguidade aos nossos dias. Actas do Congresso. Vol. I*, Porto, Papiro Editora, 2010, 417-434.
- » SALES, J. C. 2010b. A batalha de Ráfia (217 a.C.) e o “nacionalismo” egípcio do Período Ptolomaico, en: RAMOS DOS SANTOS, A. y VARANDAS, J. (coords.), *A Guerra na Antiguidade III*, Lisboa, Centro de História/ Editora Caleidoscópio, 151-173.
- » SAMUEL, A. E. 1993. The Ptolemies and the Ideology of Kingship, en: Green P. (ed.), *Hellenistic History and Culture*, Berkeley - Los Angeles, 168-210.
- » SAUNERON, S. 1988. *Les prêtres de l'ancienne Egypte*, Paris, Perséa.
- » SKEAT, T. C. 1969. *The reigns of the Ptolemies*, München, C. H. Beck'sche Verlagsbuchhandlung.
- » STANWICK, P. E. 2002. *Portraits of the Ptolemies. Greek kings as Egyptian Pharaohs*, Austin, University of Texas Press.
- » ŚWIDEREK A. 1980. Le rôle politique d'Alexandrie au temps des Ptolémées, en: WOLSKI, J. (ed.) *L'idéologie monarchique dans l'Antiquité. Actes du Colloque international sur l'idéologie monarchique dans l'Antiquité: Cracovie-Mogilany du 23 au 26 octobre 1977*. Cracóvia-Varsóvia, 105-115.
- » THOMPSON, D. J. 1990. The high priests of Memphis under ptolemaic rule, en: *Pagan priests. Religion and power in the ancient world*, London, 97-116.
- » THOMPSON, D. J. 2004. L'Égypte des Ptolémées, en: ERSKINE, A. (dir.), *Le Monde Hellénistique. Espaces, sociétés, cultures – 323-31 av. J.-C.*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 149- 167.
- » WALKER S. y HIGGS, P. (eds.). 2001. *Cleopatra of Egypt. From History to Myth*, London, The British Museum Press.
- » WELLENDORF, H. 2008. Ptolemy's Political Tool: Religion, en: *Studia Antiqua. A Student Journal for the Study of the Ancient World*, Vol. 6, Nº 1, Spring, 33-40.